



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

ATA N.º2/2015

-----Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal das Velas realizada no dia vinte e oito de abril de dois mil e quinze.-----

-----Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, pelas dezanove horas e trinta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho, na Vila e Concelho das Velas, deu-se a reunião ordinária da Assembleia Municipal das Velas presidida pela senhora Maria Isabel Góis Teixeira, com a seguinte ordem do dia:-----

-----1- **Informação escrita do Presidente da Câmara a que alude a alínea d) do n.º2 do artigo 4.º deste Regimento;**-----

-----2- **Prestação de contas de 2014 do Município das Velas;**-----

-----3- **Proposta de aplicação do resultado líquido do exercício de 2014 da Câmara Municipal;**-----

-----4- **Prestação de contas de 2014 da empresa municipal VELASFUTURO E.E.M. – Em liquidação com relatório de gestão e contas da empresa municipal Terra de Fajãs E.M.S.A. – Em liquidação;**-----

-----5- **Revogação do contrato programa n.º29 celebrado com a empresa VELASFUTURO E.E.M. – Em liquidação;**-----

-----6- **Ajuste direto do regime geral n.º2 – Contrato para prestação de serviços de “Revisão Oficial de Contas/Auditoria Externa ao Município das Velas”;**-----

-----7- **Aprovação do Regulamento Municipal dos Espaços Verdes;**-----

-----8- **Aprovação do Regulamento Municipal dos Sistemas Público e Predial de Distribuição de Água;**-----

-----9- **Primeira revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento de 2015.**---

-----A Presidente fez o enquadramento legal da sessão, explicando que é uma sessão ordinária que se realiza em abril, de acordo com o estipulado pela Lei n.º75/2013, e que a convocatória enviada, que alude à presente sessão, está em conformidade com o artigo 31.º do regimento em vigor.-----

-----Iniciados os trabalhos, a senhora Presidente da Assembleia comunicou a falta justificada do segundo secretário, o senhor deputado municipal Rui Miguel Vieira de Sequeira, substituído pela senhora deputada municipal Sandra Cristina Pereira Oliveira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

Campos da Rocha Fontes. A Presidente solicitou ao primeiro Secretário que procedesse **à chamada dos senhores deputados municipais.**-----

-----Confirmou-se a presença dos deputados municipais Maria Isabel Góis Teixeira, João Manuel Estrela Maciel, Maria de Fátima da Silveira, Ana Paula Silveira e Silva, Maria da Luz Silva das Graças, Sandra Cristina Pereira Oliveira Campos da Rocha Fontes, Luís Manuel Baptista de Sousa Furtado Pereira, Armando Manuel Gambão Soares Cordeiro Bettencourt, Rosa do Céu Batista Pinto, Liliana Isabel Monteiro Ramos de Melo Maciel Almeida, Fernandino Bettencourt de Simas, José Júlio Maciel Rodrigues, Cátia Filipa Vieira da Cunha Coquete, André Miguel da Silveira, José Luís Dias Bettencourt, Fernando Jorge Pereira, Vasco Filipe dos Santos Pinto Azevedo, André Filipe Galego Ataíde, Rúben Fernando Alves Serpa, Alberto Manuel Soares Almeida e Hélio Silveira da Rosa.-----

-----**Verificada a presença de todos os membros da Assembleia Municipal e, havendo legalidade na convocatória, verificou-se que havia quórum, dando-se assim início à sessão.**-----

-----A Presidente procedeu à leitura da ordem do dia e informou que o Município solicitou a **deliberação em minuta de todos os pontos da ordem do dia exceto o primeiro.** Colocou à votação a aprovação destes pontos em minuta e, na ausência de inscrições, foi o mesmo aprovado **por unanimidade.**-----

-----A Presidente deu início ao período **antes da ordem do dia.** Explicou que, de acordo com o art. 39.º conjugado com o art.71.º, do regimento em vigor «Em cada sessão há um período designado de “Antes da Ordem do Dia”, (...) outro designado de “Ordem do Dia” e um “Período de Intervenção Aberto ao Público”». Explicou que, em conformidade com o art. 40.º, o período antes da ordem do dia implica o tratamento de assuntos de interesse para o Município, pelo que prosseguiu com a apreciação da ata n.º1, de 27 de fevereiro corrente, e abriu as inscrições.-----

-----Inscreveu-se a **deputada municipal Fátima Silveira** que solicitou alterações na ata, por forma a não suscitar dúvidas quanto ao contexto da mesma. Assim, na página cinco, em resposta ao deputado municipal Rúben Serpa, pediu que se acrescentasse que na véspera do dia conseguiu contactar um dos membros do Grupo Municipal do PSD, inteirando-o que não estava a conseguir contactar o líder da bancada e pedindo ajuda para

2



Handwritten signature in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

esse assunto. Na mesma página, em resposta posterior, pediu que se acrescentasse que não foi o Partido Socialista a tomar a decisão mas que não têm medo de abrir precedentes, desde que sejam devidamente justificados como no caso em questão.-----

-----Não havendo mais inscrições, a Presidente da Assembleia informou que as alterações solicitadas na **ata n.º1/2015** serão efetuadas e prosseguiu com a votação da mesma, a qual foi **aprovada por unanimidade**.-----

-----Ainda no mesmo período, a Presidente procedeu à **leitura da correspondência recebida**:-----

- 1 - Envio das atas n.ºs 4, 5, 6 e 7/2015 da CMV;-----
- 2 - Moção da Assembleia Municipal de Viseu;-----
- 3 - Jornal Voz das Misericórdias;-----
- 4 - Envio de Nota de imprensa sobre os Transportes Marítimos, do Grupo Parlamentar do CDS-PP;-----
- 5 - Voto de pesar do Grupo Parlamentar do CDS-PP ao Sr. José Damião de Almeida;---
- 6 - Convite para o concerto de apresentação do repertório para 2015 da Direção da Casa do Povo de Santo Amaro;-----
- 7 - Ofício da CMV com o estatuto do Direito à Oposição;-----
- 8 - Despacho da nomeação do vereador Marco Almada a tempo inteiro;-----
- 9 - Convite para a cerimónia da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Concelho de Velas;-----
- 10 - Convite da Santa Casa da Misericórdia da Calheta para as Festas do Divino Espírito Santo;-----
- 11 - Revista municipal da CMV;-----
- 12 - Convite da Direção da Santa Casa de Repouso João Inácio de Sousa para a cerimónia de inauguração do centro de dia;-----
- 13 - Convite da Associação do Coro e Orquestra José Damião de Almeida;-----
- 14 - Convite da CMV para jantar no âmbito da visita estatutária do Governo Regional, e convite para almoço no âmbito de reunião da AMRAA;-----
- 15 - Pedido de apoio do Grupo Folclore de Rosais para intercâmbio cultural;-----
- 16 - Informação da DROAP acerca da nova plataforma eletrónica para acompanhamento e divulgação dos PDM;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

- 17 - Diversos convites do Governo Regional no âmbito da visita estatutária;-----
- 18 – Ofício da DROAP a alertar para as alterações ao regime jurídico do Conselho de Ilha;-----
- 19 – Envio de notas de imprensa, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, sobre o combate às térmitas e sobre os prémios conquistados pelas conservas Santa Catarina e o Queijo DOP São Jorge;-----
- 20 - *E-mail* a informar que o grupo Bensaúde Agentes Lda. irá efetuar o agenciamento dos navios de transporte de passageiros da Atlanticoline para a época de 2015;-----
- 21 - Convocatória para reunião ordinária da Assembleia Intermunicipal da AMT;-----
- 22 - Convite da Catequese da Paróquia de Velas para a festa em honra do Divino Espírito Santo;-----
- 23 - Convite para o evento “Escola Aberta” na Escola Profissional da Ilha de São Jorge;-
- 24 – Ofício da deputada municipal Rosa Pinto a agradecer a atribuição da medalha de prata;-----
- 25 – Ofício da CMV a reencaminhar a correspondência trocada com a empresa Portos dos Açores, S.A..-----

-----A Presidente colocou a correspondência à disposição dos deputados, questionando-os se pretendiam apresentar alguma proposta ou requerimento.-----

-----Inscreveu-se a **deputada municipal Fátima Silveira** para apresentar um voto de pesar, do Grupo Municipal do PS, pelo falecimento do senhor Leandro Vale, e uma proposta do Grupo para que no próximo ano se retomem as comemorações do 25 de abril (anexos).-----

A **Presidente da Assembleia** colocou o voto de pesar à consideração dos deputados municipais e, sendo **aprovado por unanimidade**, procedeu-se a **um minuto de silêncio**. Do mesmo modo, colocou à consideração a referida proposta, sendo **aprovada por unanimidade**.-----

-----A **deputada municipal Liliana Almeida** apresentou uma proposta (em anexo) do Grupo Municipal do PSD, para que a próxima sessão da Assembleia Municipal se realize na freguesia da Urzelina.-----

A **Presidente da Assembleia** colocou a proposta do Grupo Municipal do PSD à consideração dos deputados municipais. **A proposta foi aprovada por unanimidade.**--



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

-----A Presidente, em conformidade com o n.º2 do art.71.º do Regimento, abriu o período de intervenção do público e, não havendo inscrições, passou para o período destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município por parte dos deputados municipais, convidando-os a inscreverem-se para fazerem uso da palavra.-----

-----Inscreveu-se o **deputado municipal João Estrela**, pedindo ao Presidente do Executivo o balanço da visita estatutária do Governo Regional à ilha e, questionando, relativamente à saibreira, se já existem dados que permitam resolver o problema.-----

O **Presidente do Executivo** esclareceu que a visita estatutária decorreu com bastante normalidade, tendo o Município oferecido um jantar, como era prática regular no passado, aos membros do Governo Regional e, além disso, à Presidente da Assembleia, aos líderes de bancada dos Grupos Municipais, aos Presidentes das Juntas de Freguesia e aos restantes membros do Executivo Camarário. Informou que, reuniu quarta-feira (dia 22) com alguns dos Senhores Secretários, com o Senhor Vice-Presidente e com o Senhor Presidente do Governo Regional, para discutir assuntos de interesse para o concelho, nomeadamente a questão do Edifício Sol e do Parque de Combustíveis. Relativamente aos caminhos agrícolas, os quais assumiu que no mês de março iriam saibrar, afirmou que não foi possível porque a Autarquia não dispõe dos meios necessários. Explicou que, a recolha feita pelas Juntas de Freguesia, existem 91km de estradas para saibrar e a Câmara não possui nenhuma máquina para trabalhar nos caminhos. No entanto, pediram orçamento a cinco empresas para este serviço, e o valor mais baixo apresentado foi aproximadamente €220.000,00 (duzentos e vinte mil euros). Com as atuais restrições financeiras, considera um valor muito elevado, visto que não conseguem posteriormente fazer-lhes manutenção. Assim, reuniu com os Presidentes de Junta, ou os seus representantes, e apresentou uma proposta, que foi aceite por todos eles, para o trabalho ser feito pela Câmara em parceria com as Juntas, como anteriormente. Neste modo, atribuem um preço por cada metro de estrada, em princípio €0,50 (cinquenta cêntimos), para apoiar as Juntas nomeadamente com gasóleo para os equipamentos, e o Município adquire o saibro e transporta-o com as suas viaturas e com as das Juntas. Além disso, a Câmara irá adquirir um trator com lâmina que permita fazer a rodagem dos caminhos, ficando desse modo a possuir o equipamento necessário para posterior manutenção. Já receberam propostas para a aquisição desta viatura, entre os €65.000,00 (sessenta e cinco



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

mil euros) e os €75.000,00 (setenta e cinco mil euros), pelo que quando a adquirirem darão início aos trabalhos. Estão também a diligenciar para legalizar a saibreira propriedade do Município mas, sendo esse um processo moroso, será necessário comprar saibro enquanto o processo não termina.-----

-----Inscreveu-se o **deputado municipal Rúben Serpa** que felicitou a Câmara Municipal pela elaboração do programa das festas de São Jorge, considerando-o bastante positivo, e sugeriu que todos os discursos proferidos durante as festas de São Jorge sejam guardados no arquivo ou publicitados na página da internet, para memória futura. Felicitou, também, todas as instituições que participaram na festa. Relativamente à visita estatutária, questionou o Presidente sobre possíveis calendarizações para os projetos, nomeadamente do parque de combustíveis, e solicitou pormenores.-----

O **Presidente do Executivo** explicou que lhe foi transmitido pelo Senhor Secretário, que o projeto do parque de combustíveis pertence a uma empresa privada responsável pela distribuição dos combustíveis na ilha, a qual se deparou com um problema porque o novo quadro comunitário não permite investimentos nesta área. Desse modo, a empresa está a elaborar o projeto e irá fazer esse investimento com o constrangimento de o suportar na totalidade. Foi-lhe transmitido que a obra do caminho entre o aeroporto e a Ribeira do Almeida dará início em setembro próximo, e a do porto comercial muito em breve porque apenas aguarda alguns prazos que decorrem para a consagração final. Todas as outras obras estão explanadas no programa da visita do Governo.-----

-----Inscreveu-se o **deputado municipal Luís Pereira**, referiu que lhe foi dado a ouvir a publicidade ao Algar do Carvão, mencionando a ilha Terceira como a única ilha com um vulcão visitável pelo interior. Aproveitando a ideia, sugeriu que o Município providencie, junto das demais instituições, medidas para promover a utilização e divulgação do Algar do Montoso. Referiu que poderá ser uma obra dispendiosa mas que visa valorizar o património.-----

O **Presidente do Executivo** explicou que desconhece o que a obra em questão poderá envolver, no entanto, visto que a nova direção da Associação “Os Montanheiros” lhe solicitou uma reunião compromete-se a abordar este assunto junto da mesma para um possível desenvolvimento desta matéria.-----

-----Inscreveu-se a **deputada municipal Fátima Silveira** que alertou para o perigo da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

divulgação de algumas belezas naturais sem a devida criação de uma proteção para as mesmas. Considera que o Algar do Montoso, bem como outros sítios de beleza natural da ilha, poderiam incluir-se no projeto de desenvolvimento sustentável das fajãs. Por último, lamentou que os jorgenses aguardem que seja uma associação da ilha Terceira a gerir as belezas naturais ao invés de o fazerem, ressaltando-se do risco de uma má gestão.-----

-----Não havendo mais inscrições neste período, a Presidente abriu o **período para os Presidentes de Junta de Freguesia** e solicitou inscrições.-----

-----Inscreveu-se o **Presidente da Junta de Freguesia das Manadas**, Vasco Pinto, deu as boas vindas ao novo Vereador Marco Almada, disponibilizando-se para eventuais necessidades, e informou que a relação com o antigo Vereador David Pacheco era ótima. Questionou se as funções do novo Vereador correspondem às do anterior ou se abrangem novas áreas. Solicitou que haja uma solução para o abastecimento de água que continua a ser um problema na freguesia das Manadas. Em relação ao saibro, estranhou que o Presidente diga que está decidido a intervenção da Câmara em conjunto com as Juntas de Freguesia porque não foi a decisão que lhe transmitiram. Quanto às zonas balneares, o Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, explicou-lhe que o POOC (Plano de Ordenamento da Orla Costeira) tem de ser alterado para se delimitar as mesmas e que a responsabilidade de gestão recai sob a Câmara e/ou a Junta. Assim, questionou se a Câmara pretende alterar o POOC em sintonia com o Governo para abranger esta delimitação das zonas balneares.-----

O **Presidente do Executivo** referiu que foi enviado um *e-mail* a todas as Juntas a informar da tomada de posse do Vereador Marco Almada a tempo inteiro com as mesmas funções do anterior Vereador, e com os contatos do mesmo. Afirmou que o novo Vereador mantém na íntegra as funções do anterior Vereador David Pacheco e que acredita que se manterão as boas relações institucionais que existiam, sobretudo com as Juntas de Freguesia. Explicou que o abastecimento de água é também uma preocupação do Executivo, relativamente a todas as freguesias, porque não choveu durante o Inverno, impossibilitando de fazer as reservas necessárias. Já ligaram a bomba do Norte Grande, que por norma era a última a ser ligada, porque estão com os caudais muito baixos, inclusive o das Manadas, pelo que muito em breve terão de iniciar o transporte de água para a freguesia. Assim, teme um Verão com problemas no abastecimento. Foram feitos

7



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

levantamentos topográficos e vão preparar um projeto que contempla todos os perímetros de segurança das nascentes e reservatórios do Concelho, a manutenção e requalificação de todos os reservatórios do Concelho, a construção de um reservatório num terreno abaixo do miradouro no alto das Manadas, com capacidade para meio milhão de litros de água, e uma nova fonte de captação para substituir a atual que está obsoleta. Relativamente ao saibro, explicou que a informação transmitida pelo representante do Presidente de Junta que compareceu na referida reunião não deve ter sido a correta, visto que a decisão foi a de o trabalho ser executado pela Câmara em colaboração com as Juntas, que contou com a opinião favorável do representante do Presidente de Junta que se comprometeu a transmitir-lhe a decisão e a dar posteriormente um ponto de situação. No entanto não disseram nada, por isso assumiu que a decisão favorável se mantinha. Quanto às zonas balneares, afirmou que o POOC será revisto e irá delimitar as zonas balneares do Concelho, mas quem pretenda que outra zona seja definida como zona balnear terá de assumir a gestão da mesma porque o Governo não pretende definir mais zonas para assumir a gestão. Explicou que a Câmara tem à sua responsabilidade duas zonas balneares, a Poça dos Frades e a Preguiça, gostaria de incluir nessa categoria as restantes “zonas” do Concelho mas não pode assumir essa responsabilidade porque já é difícil providenciar a gestão das atuais. No entanto, mantém-se disponível para continuar a colaborar com as Juntas dentro das possibilidades da Câmara. É da opinião que quem tem receitas das restantes “zonas balneares” deve também zelar pela sua gestão.-----

-----**O Presidente da Junta de Freguesia da Urzelina**, Alberto Almeida, mencionou que nas últimas reuniões o Presidente do Executivo afirmou que a pedreira da Urzelina está legal. Questionou se o POOC foi suspenso momentaneamente para poderem legalizá-la, ou se o POOC a permite.-----

O Presidente do Executivo informou que lhe foi transmitido que a empresa responsável pela construção do porto comercial das Velas tinha intenção que a pedra utilizada fosse transportada do porto do Pico para as Velas. Face à atual situação de desemprego, em que há necessidade de criar postos de trabalho, visto que vai ser feita uma obra com grande dimensão, um prolongamento de 150 metros, afirmou que não gostaria de ver a pedra ser transportada do Pico. A exploração da pedreira dará inúmeros postos de trabalho que podem contribuir para a nossa economia local. A Câmara no processo de licenciamento



Handwritten signature in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

das pedreiras apenas faz um procedimento, a DRAIC (Direção Regional do Apoio ao Investimento e à Competitividade) questiona se a Câmara se opõe a que a pedreira seja licenciada num determinado local e, com base no PDM (Plano Diretor Municipal) a Câmara dá ou não um parecer positivo. Quando o atual Executivo tomou posse já existia uma saibreira licenciada na Urzelina, que foi posteriormente vendida à empresa Tecnovia S.A., e quando tomaram posse a DRAIC solicitou-lhes um parecer para licenciarem outra pedreira sita ao lado da primeira. A Câmara, com base no PDM, deu um parecer positivo. Assumi que tem sido abordado por residentes da Urzelina que discordam do licenciamento no local mas limitou-se a cumprir com o estipulado no PDM.-----

-----O **Presidente da Junta de Freguesia da Urzelina** voltou a tomar a palavra para questionar se a licença para o emprego de explosivos é da competência da Câmara ou da DRAIC.-----

O **Presidente do Executivo** informou que desconhece quem seja o responsável por essa licença mas, pelo que tem conhecimento, a Câmara é apenas responsável pela licença de construção de paióis, que são posteriormente licenciados pela Polícia de Segurança Pública.-----

-----O **Presidente da Junta de Freguesia de Santo Amaro**, Rúben Serpa, questionou se, aquando da visita estatutária, o Presidente do Executivo debateu com o Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura o funcionamento da Escola Básica de Santo Amaro para o próximo ano letivo e, com o Senhor Secretário Regional do Turismo e Transportes a questão do Caminho das Areias. Questionou se foi adiantada alguma informação pelo Senhor Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia sobre a possível colaboração com a Junta no Portinho da Queimada. Por último, mencionou que face a uma informação enganosa, do encerramento do aterro sanitário, tem-se assistido a um aumento de depósitos de entulho nas estradas menos movimentadas da freguesia.----

O **Presidente do Executivo** afirmou que o Secretário Regional da Educação e Cultura transmitiu que a sua posição é a de manter, enquanto for possível, o máximo de escolas abertas nas freguesias, ou seja, enquanto houver alunos que permitam cumprir com os requisitos mínimos para lecionar nas freguesias. Acrescentou que esse também lhe transmitiu que está a fazer uma análise para saber se a Escola Primária das Velas abrirá ou não após as obras, porque com a escola nova aberta já têm espaço para os alunos todos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

Posto isto, referiu que lhe transmitiu que isso é uma preocupação porque a Câmara abdicou do investimento no Campo Municipal para se dedicar às obras na escola, por dar prioridade à educação, e se fosse para a fechar não o tinham feito. Deste modo, acredita que desde que haja um número mínimo de alunos, a escola de Santo Amaro irá manter-se em funcionamento. Em relação ao Portinho da Queimada, afirmou que desconhece a situação porque é um diálogo entre o Presidente de Junta e o Senhor Secretário, no qual não interfere. Relativamente ao aterro sanitário, afirmou que a situação do folheto enviado aos munícipes é lamentável, porque criou um problema aos dois Concelhos e não vai de encontro ao acordado com a DRA (Direção Regional do Ambiente). Numa reunião com o Diretor Regional do Ambiente, e as restantes entidades competentes, foi estabelecido que seria elaborado um folheto pela DRA, enviado às restantes entidades para o conferirem e só depois enviado aos munícipes, mas a DRA limitou-se a elaborá-lo e enviá-lo aos munícipes. Desse modo, a informação do folheto é errada, a título de exemplo diz para os munícipes se dirigirem aos ecopontos do Concelho, que não existem, além disso enuncia uma data de encerramento do aterro e nunca oficializaram o seu encerramento, e o Centro de Processamento de Resíduos ainda não está preparado para receber a quantidade de resíduos que é produzida. Lamentou a situação descrita, de depósito de entulhos nas estradas, que previa, motivo pelo qual pediu à DRA €30.000,00 (trinta mil euros) para manter o aterro aberto durante um ano com divisão de despesas, nesta fase de transição, mas foi-lhe negado. Desconhece a data para encerrar o aterro sanitário mas a fiscalização da situação exposta compete ao Ambiente. Recebeu a informação que a partir do dia um de maio o Centro de Processamento já estará apto para receber todo o tipo de resíduos. Afirmou que o Senhor Secretário Regional dos Turismos e Transportes após analisar a situação do Caminho das Areias lhe informou da falta de condições financeiras para pavimentar, pelo que mantém o projeto como está, com o trânsito a circular na estrada regional com semáforos. Deste modo, alertou o Senhor Secretário para a importância da situação do porto e do aeroporto, que adquire constrangimentos devido à importância do cumprimento de horários, considerando que €200.000,00 (duzentos mil euros) de custo da pavimentação é justificável.-----

-----A **Presidente da Assembleia** deu início ao **período da ordem do dia**.-----

-----Iniciado o **primeiro ponto** da ordem do dia: **Informação escrita do Presidente**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

da Câmara a que alude a alínea d) do n.º2 do artigo 4.º deste Regimento, a Presidente da Assembleia abriu as inscrições.-----

-----Inscreveu-se o **deputado municipal Luís Pereira**, apresentou um requerimento oral à Câmara para solicitar o envio de toda a documentação referente ao processo de licenciamento da pedreira da Urzelina. Informou também o Presidente da Junta de Freguesia da Urzelina que é uma pedreira do tipo A, que está licenciada pela DRAIC para utilização de explosivos, no entanto, que contrariamente ao que o Presidente do Executivo afirmou, a cartografia do PDM não prevê pedreiras na referente localização. Na página 5 do documento da Informação Escrita, relativamente à revisão do PDM, explicou que a Lei de Bases Gerais da Política de Uso dos Solos, do Ordenamento do Território e do Urbanismo, e o Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores impõem à ilha de São Jorge, e em concreto ao Concelho das Velas, uma redução substancial das áreas destinadas à urbanização, nomeadamente todas as zonas assinaladas como urbanizáveis têm de passar a uso rural, incluindo uma considerável zona da Urzelina, e a zona de Entemorros nas Velas. Assim, muitos munícipes irão ver as suas pretensões infundadas, pelo que questionou se existe algum plano para contornar esta situação e qual será a estratégia e pretensões inerentes a esta revisão do PDM.-----

A **Presidente da Assembleia** informou que o requerimento apresentado deveria ter sido “Antes da Ordem do Dia” pelo que solicitou que o deputado municipal apresente à mesa da Assembleia um requerimento por escrito com as suas pretensões.-----

O **Presidente do Executivo** explicou que estão a rever o PDM porque consideram que é um documento que está desadequado e desatualizado, inibindo, desse modo, o desenvolvimento do Concelho. Adiantou que é um procedimento para o qual outros municípios optaram por contratar gabinetes técnicos externos, mas optou por fazê-lo com o gabinete técnico e colaboradores do Município, recorrendo a apoio externo quando não o disponibilizam, para acautelar no custo e garantir uma maior compreensão das necessidades do Concelho. Adiantou que, é um trabalho articulado com o Governo Regional, nomeadamente em conformidade com o POOC, pelo que a revisão desse plano vem permitir alterar determinadas situações. A estratégia que a revisão do PDM visa conceber já está definida e aprovada, e a diretriz máxima é que, por um lado permita o desenvolvimento do Concelho e, por outro, não permita a banalização, o que pressupõe



Fátima
W

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

um equilíbrio. Informou que é um documento importante e muito amplo e que poderá facultar o documento aos deputados municipais que tenham esse interesse.-----

-----Inscreveu-se o **deputado municipal José Júlio Rodrigues**, solicitou esclarecimentos sobre a reunião de 17 (dezassete) de março, com o Senhor Diretor Regional do Ambiente, e questionou, relativamente à candidatura das fajãs a reserva da biosfera se, apesar da mesma ainda não estar aprovada, já existe algum trabalho preparatório preparado.-----

O **Presidente do Executivo** explicou que estiveram presentes na referida reunião várias entidades, ou seja, foi criada uma comissão que está a acompanhar a elaboração da candidatura. Mencionou que já está definido o zonamento, alertando que apenas podem englobar zonas que já tenham alguma classificação, e que no próximo mês de maio haverá duas sessões de esclarecimento, uma no Concelho das Velas e uma no Concelho da Calheta. A candidatura será terminada em setembro corrente, e abrange nichos por toda a ilha porque as fajãs estão quase todas interligadas. Por último, explicou que desconhece quem vai ser consultado porque a Direção Regional fá-lo diretamente. Informou que convidaram o Dr. Eduardo Guimarães para ajudá-los neste projeto, que rejeitou o convite porque está a desenvolver outro projeto mas disponibilizou-se para partilhar a informação que possui.-----

-----Inscreveu-se a **deputada municipal Fátima Silveira**, questionou se o projeto de desenvolvimento sustentável das fajãs está a avançar em simultâneo com a candidatura a reserva da biosfera, ou se não são compatíveis, e se está a ser desenvolvido algum trabalho.-----

O **Presidente do Executivo** explicou que são dois projetos autónomos. Informou que o Parlamento Regional aprovou o projeto de resolução que visa o plano de desenvolvimento integrado das fajãs, o qual integra o Governo Regional e os dois Municípios da ilha, e existe uma dotação de aproximadamente €150.000,00 (cento e cinquenta mil euros) no orçamento do Governo Regional para se iniciar o trabalho. Explicou que até ao momento ainda não há nada em concreto, mas que o pretendido é perceber as necessidades das fajãs, aos variados níveis, nomeadamente o turístico ou cultural.-----

-----A **Presidente da Assembleia** passou para o **ponto dois** da ordem do dia: **Prestação de contas de 2014 do Município das Velas**; dando a palavra ao secretário da



Handwritten signature in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

Comissão Permanente, visto terem reunido para debater o assunto.-----

-----O **deputado municipal José Júlio Rodrigues**, secretário da Comissão Permanente, leu o documento da Comissão, resultado da análise aos documentos da Prestação de Contas de 2014.-----

O **Presidente do Executivo** prestou sucintamente alguns esclarecimentos sobre o documento, nomeadamente, que todos pagam atualmente abastecimento de água e recolha de resíduos, o que permitiu aumentar a receita, e que houve uma gestão que impediu de entrarem no saneamento financeiro e que visa investirem no novo quadro comunitário, respeitando o estipulado, que as autarquias gastem pelo menos anualmente um sétimo do *plafond* atribuído para não perderem esse dinheiro.-----

-----Não havendo inscrições, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade, e em minuta para imediata executoriedade**.-----

-----A Presidente da Assembleia passou para o **ponto três** da ordem do dia: **Proposta de aplicação do resultado líquido do exercício de 2014 da Câmara Municipal**, dando a palavra ao Presidente do Executivo.-----

-----O **Presidente do Executivo** explicou que este ponto resulta do cumprimento da lei, nomeadamente as regras do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) no ponto 2.7.3.1., sendo a diferença entre custos e proveitos, ativos e passivos, daquilo que é o património do Município.-----

-----Não havendo inscrições, a Presidente colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com dezoito votos a favor do Grupo Municipal do PSD, do Grupo Municipal do CDS-PP e do Grupo Municipal do PS e duas abstenções do Grupo Municipal do PSD, e em minuta para imediata executoriedade**.-----

-----A Presidente da Assembleia passou para o **ponto quatro** da ordem do dia: **Prestação de contas de 2014 da empresa municipal VELASFUTURO E.E.M. – Em liquidação com relatório de gestão e contas da empresa municipal Terra de Fajãs E.M.S.A. – Em liquidação**. Pede ao Presidente do Executivo que prestasse esclarecimentos.-----

-----O **Presidente do Executivo** explicou que prevêem o encerramento das empresas municipais no final do próximo mês de maio, impossibilitados de encerrá-las antes por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

questões burocráticas, e que a Câmara irá assumir todos os ativos e passivos. Explicou, sumariamente, as contas das empresas, nomeadamente, que o resultado negativo da empresa VELASFUTURO, E.E.M. – Em liquidação em 2014 é de €205.808,19 (duzentos e cinco mil oitocentos e oito euros e dezanove centésimos), e que a Câmara, enquanto acionista único, vai transferir-lhe esse valor. Por sua vez, a VELASFUTURO, E.E.M. – Em liquidação, acionista da Terra de Fajãs, E.M.S.A. – Em liquidação, poderá efetuar os pagamentos pendentes com essa verba. Desse modo, e com o encerramento, a Câmara apenas assume o valor total dos empréstimos a bancos, das duas empresas municipais, que perfaz o valor de €4.237.835, 93 (quatro milhões, duzentos e trinta e sete mil oitocentos e trinta e cinco euros e noventa e três centésimos) e as provisões no valor de €42.360,98 (quarenta e dois mil trezentos e sessenta euros e noventa e oito centésimos) correspondentes a faturas que não cumprem os requisitos para haver pagamento.-----

-----Inscreveu-se o **deputado municipal José Júlio Rodrigues**, para informar da posição do Partido Socialista relativamente ao ponto. Desse modo, explicou que o Partido Socialista nunca foi a favor da criação das empresas municipais pelo que, apesar de congratularem a prestação de contas apresentadas, em forma de protesto abstêm-se.-----

-----Não havendo mais inscrições, a Presidente colocou o ponto a votação, tendo sido **aprovado por maioria, com catorze votos a favor dos Grupos Municipais do PSD e do CDS-PP, e seis abstenções do Grupo Municipal do PS.**-----

-----A Presidente da Assembleia passou para o **ponto cinco** da ordem do dia: **Revogação do contrato programa n.º29 celebrado com a empresa VELASFUTURO E.E.M. – Em liquidação**, dando a palavra ao Presidente do Executivo.-----

-----O **Presidente do Executivo** explicou que este ponto é um procedimento no âmbito da liquidação das empresas. A Câmara tinha um contrato-programa com a VELASFUTURO, E.E.M. – Em liquidação, para lhe transferir uma quantia na ordem dos €300.000,00 (trezentos mil euros) anuais até ao ano de 2027, que visava suportar as despesas com o empréstimo da Terra de Fajãs, E.M.S.A. – Em liquidação e com os funcionários da empresa. Assim, pretendem anular o contrato-programa porque o Tribunal de Contas não permite que nestas condições a Câmara transfira dinheiro para as empresas municipais, os funcionários já foram internalizados, e deixa de haver um empréstimo da empresa a suportar por este contrato porque vai haver uma cedência de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

posição contratual da empresa para a Câmara, pelo que o contrato perde o seu objeto.-----

-----Inscreveu-se o **deputado municipal José Júlio Rodrigues**, manifestou a posição do Grupo Municipal do PS. Explicou que, na altura de celebração do contrato-programa votaram contra e, por isso, apesar de compreenderem o motivo da revogação, abstêm-se.-----

-----Não havendo mais inscrições, a Presidente colocou o ponto a votação, tendo sido **aprovado por maioria, com catorze votos a favor dos Grupos Municipais do PSD e do CDS-PP e seis abstenções do Grupo Municipal do PS.**-----

-----A Presidente da Assembleia passou para o **ponto seis** da ordem do dia: **Ajuste direto do regime geral n.º2 – Contrato para prestação de serviços de “Revisão Oficial de Contas/Auditoria Externa ao Município das Velas**, dando a palavra ao Presidente do Executivo.-----

-----O **Presidente do Executivo** explicou que a contratação do ROC (Revisor Oficial de Contas) costuma ser feita anualmente, e propõe que seja feita por um ano e renovável por mais dois. Desta forma, a contratação não ultrapassa o seu tempo de mandato. Demonstrou-se muito satisfeito com o serviço da empresa em questão, e com o valor cobrado, porque a mesma ultrapassa as suas funções sendo também um suporte para os serviços de contabilidade da Câmara que lhe recorrem constantemente.-----

-----Não havendo inscrições, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com catorze votos a favor do Grupo Municipal do PSD e do CDS-PP e seis abstenções do Grupo Municipal do PS em minuta para imediata executoriedade.**-----

-----A Presidente da Assembleia passou para o **ponto sete** da ordem do dia: **Aprovação do Regulamento Municipal dos Espaços Verdes**, solicitando que o Presidente do Executivo desse alguns esclarecimentos.-----

-----O **Presidente do Executivo** informou que os regulamentos municipais estão muito desatualizados. No caso em apreço, o regulamento elaborado foi aprovado em Reunião de Câmara e teve um período de discussão pública de trinta dias, mas sem participações. Enviaram-no também às forças da autoridade, mas não houve contributos. Explicou que o documento visa regular os espaços verdes do Concelho, sendo uma das matérias fundamentais o comportamento dos animais domésticos que circulam na via pública. Reuniu com as autoridades para solicitar que patrulhem as ruas, bem como o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

fiscal municipal, numa primeira fase com uma atitude pedagógica para alertar as pessoas para as normas regulamentares.-----

-----Na falta de inscrições, a Presidente colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade e em minuta para imediata executoriedade**.-----

-----A Presidente da Assembleia passou para o **ponto oito** da ordem do dia: **Aprovação do Regulamento Municipal dos Sistemas Público e Predial de Distribuição de Água**, dando a palavra ao Presidente do Executivo.-----

-----O **Presidente do Executivo** explicou que o Regulamento foi elaborado em estreita colaboração com a ERSARA (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores), a entidade responsável por dar um parecer vinculativo. O Regulamento possibilita criar tarifas diferenciadas, domésticas e industriais, nomeadamente para o abastecimento de água à lavoura, e atribuir tarifas sociais. Deste modo, respeitam as atuais exigências legais, e as da ERSARA, e posteriormente vão aprovar o novo tarifário em Reunião de Câmara.-----

-----Inscreveu-se o **deputado municipal Luís Pereira**, mencionou uma imprecisão no artigo 64.º do Regulamento, visto que o mesmo estabelece que para a construção de ramais com ligação superior a 20 metros o requerente pagará a totalidade da sua extensão e, atendendo à disposição geográfica da ilha esta será uma ocorrência bastante provável. Assim, considera que houve uma má interpretação e que se deve aplicar a sugestão da ERSARA para que o requerente pague apenas a extensão superior aos 20 metros.-----

O **Presidente do Executivo** informou que o presente Regulamento corresponde ao aprovado pela ERSARA e ao aprovado em Reunião de Câmara, não invalidando que exista algum erro. Comprometeu-se, independentemente da aprovação do mesmo pela Assembleia, a entrar em contato com a ERSARA para saber se deve manter ou alterar a disposição, ou seja, a cobrar a totalidade dos 20 metros ou apenas a extensão superior a esses, e publicá-lo em consonância com a resposta dada.-----

-----Não havendo mais inscrições, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade e em minuta para imediata executoriedade**.-----

-----A Presidente da Assembleia passou para o **ponto nove** da ordem do dia: **Primeira revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento de 2015**, pedindo ao Presidente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

do Executivo que explicasse o documento que lhe foi distribuído e que corrige o documento das GOP'S, procedendo à leitura do mesmo.-----

-----O **Presidente do Executivo** explicou que o documento entregue à Presidente e aos líderes das bancadas dos Grupos Municipais se insere no âmbito da revisão ao orçamento, pois quiseram dotar uma rubrica do orçamento com verba não definida, que tinha apenas €10,00 (dez euros), com os €150.000,00 (cento e cinquenta mil euros) estimados para o projeto de reabilitação do Largo do Viteleiro. No entanto, dotou-se a rubrica com verba definida de €150.000,00 (cento e cinquenta mil euros) sem anular os €150.000,00 (cento e cinquenta mil euros) de verba não definida. Dessa forma, soma-se erroneamente as duas verbas perfazendo €300.010,00 (trezentos mil e dez euros), pelo que procederam à anulação dos €150.000,00 (cento e cinquenta mil euros) de verba não definida.-----

-----Inscreveu-se o **deputado municipal José Júlio Rodrigues**, mencionou que o Grupo Municipal do PS se absteve quando foi apresentado o orçamento. Atualmente vislumbram as vantagens da revisão com o aproveitamento das verbas disponíveis, mas abstêm-se pelos motivos anteriores, devidos à criação das empresas municipais.-----

-----Inscreveu-se o **deputado municipal Luís Pereira**, informou que no documento da revisão orçamental, a tarifa fixa para a deposição de resíduos no Centro de Processamento surge como receita, numa rubrica com €21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos euros). Intrigou-se porque o Presidente afirmou que passava a ter essa tarifa como despesa e ali é apontado como receita, questionando a qual corresponde.-----

O **Presidente do Executivo** informou que será uma despesa mas que não podem ter despesas sem ter receita. Explicou que discutiu com os líderes das bancadas optarem pela subida do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) ou pela cobrança de taxas no valor de €1,50 (um euro e cinquenta cêntimos) cada, para o depósito no Centro de Processamento de Resíduos e para disponibilidade da água. E optaram pela cobrança das taxas. Salientou que o valor previsto, aproximadamente €21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos euros), nem dará para cobrir a despesa, pois estimam iniciar a cobrança apenas a partir do dia 1 de junho, e excluem do pagamento da taxa os contadores da água para lavoura e para famílias numerosas. Acrescentou que será enviado para todos os munícipes uma informação via *infomail* com as novas condições da recolha para o Centro de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

Processamento de Resíduos.-----
-----Não havendo mais inscrições, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a
votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com catorze votos a favor dos
Grupos Municipais do PSD e CDS-PP e seis abstenções do Grupo Municipal do PS,
e em minuta para imediata executoriedade.**-----
**Encerrada a sessão lavrou-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser
assinada pela Mesa da Assembleia.**-----

Franco Antão Góis Pereira

Juana de Luz Silva dos Campos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VELAS, GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

PROPOSTA DE VOTO DE PESAR

No passado dia 02 de Abril, em Lisboa, faleceu Leandro Vale, com 75 anos de idade.

Leandro Vale distinguiu-se como actor, escritor, dramaturgo e encenador, tendo nascido em Travanca de Lagos, concelho de Oliveira do Hospital a 18 de Agosto de 1940. Formado pelo Conservatório de Lisboa, dedicou toda a sua carreira à promoção da actividade teatral fora dos grandes centros urbanos. Foi um dos Fundadores do CITAC (Circulo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra) em 1955 e trabalhou durante vários anos no Teatro Experimental do Porto, esteve na fundação do Centro Cultural de Evora.

Leandro Vale escreveu 179 peças de teatro, das quais 102 chegaram a ser representadas tendo sido um dos grandes impulsionadores das artes cénicas na região de Trás-o-Montes, escolhendo primeiro Bragança e depois Torre de Moncorvo, onde viveu até perto dos seus últimos dias.

Participou em vários Festivais de Teatro, a nível Nacional e Internacional, nomeadamente em Espanha França Suíça, Bélgica e Cuba, tendo estabelecido uma relação artística com Cuba que considerava como a sua segunda pátria. Nesse âmbito desenvolveu alguma actividade cultural neste país, tendo estado presente no Festival Internacional de Teatro de Havana, dirigindo uma companhia da cidade de Holguín o Trevol Teatro, num texto de sua autoria intitulado "La Obscuridad Transparente", baseado no julgamento dos 5 de Miami, um trabalho encomendado pelo Ministério Cultural Cubano.

Leandro Vale foi distinguido com a Medalha de Honra da Sociedade Portuguesa de Autores (SPA) e recebeu, em 2015, o prémio da Fundação INATEL Prestígio Personalidade. Entre outros prémios e reconhecimentos.

Nas suas itinerâncias pelo mundo, Leandro Vale viveu e trabalhou durante alguns anos nos Açores onde manteve ao longo de meio ano um programa semanal na RTP Açores, ajudou a criar vários grupos de teatro, designadamente na ilha de S. Jorge, onde desenvolveu um projecto, a convite desta Autarquia das Velas, onde permaneceu durante três anos, deu cursos de sensibilização teatral (1999), organizou encontros internacionais de Teatro, em S. Jorge, encenou inúmeras peças, formou actores amadores, animou a vila das Velas com teatro de rua pelo Grupo de Teatro da Escola Profissional, foi responsável por crónicas semanais na Rádio Lumena, e escreveu a peça biográfica Rubina acerca da ilustre Jorgense Maria Machado.



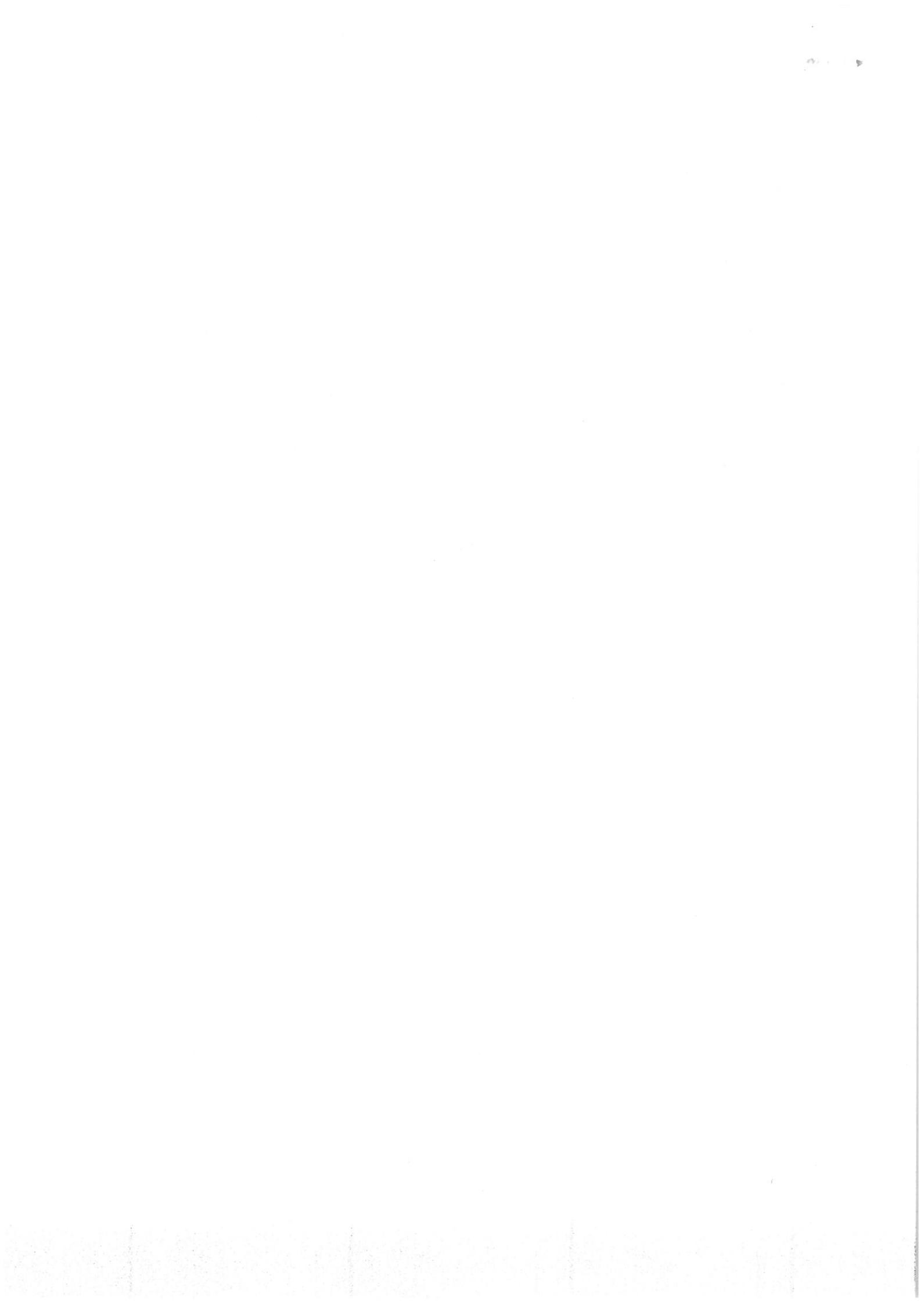
Homem de fortes convicções, Leandro Vale assumia o carácter questionador das artes cénicas, não fugia a polémicas nem se deixava abater pelas contrariedades e tudo fazia com intenso fervor, numa maneira simples de ser.

Pelo seu espírito de entrega em tudo quanto fez em prol do teatro no Concelho das Velas, pelas sementes desta arte que aqui deixou, o grupo parlamentar do partido socialista: propomos que a Assembleia Municipal de Velas delibere:

Aprovar o presente Voto de Pesar pelo falecimento do dramaturgo Leandro Vale, guardando um minuto de silêncio em sua memória e posteriormente dar conhecimento deste acto a Câmara Municipal de Torre de Moucorvo.



Velas 28 de Abril de 2015





Proposta

Considerando que é importante escutar as opiniões da população do nosso Concelho, bem como valorizar a proximidade com este órgão deliberativo, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe que a próxima Assembleia Municipal se realize na freguesia da Urzelina.

Velas, 28 de abril de 2015

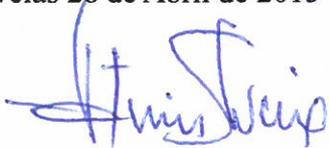
<i>João José B. Silva</i>	
<i>Ana Paula Silva</i>	
<i>Carla Costa</i>	
<i>Cláudia Maria Almeida</i>	
<i>Luís Lourenço</i>	
<i>João António A.</i>	
<i>Luís António</i>	
<i>Luís António</i>	

O grupo Municipal do Partido Socialista quer aqui manifestar, congratulações pelo modo como decorreram as festividades em honra de S. Jorge, pelo rigor, pela boa organização, por tudo aquilo que dignificou este concelho na sua mais solene festividade.

Queremos também congratular-nos com a Santa Casa da Misericórdia, na pessoa do seu provedor pelo enriquecimento que deu a estas festas, através do magnifico teatro de rua, é mais uma prova de que quando as forças se unem, o resultado é magnifico.

Queremos também deixar aqui um lamento e uma proposta: lamentamos que este ano, cremos que pela primeira vez, este Concelho não teve qualquer cerimónia referente ao 25 de Abril. Por tudo aquilo que ele representa para a nossa liberdade enquanto pessoas e num presente em que essa liberdade volta a correr alguns riscos. Deixamos aqui o voto de que, para o próximo ano, reavivamos as memórias de Abril, retomando a sua comemoração.

Velas 28 de Abril de 2015







ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

CERTIDÃO

Maria Isabel Góis Teixeira, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho das Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão ordinária de 28 de abril de 2015 deliberou aprovar em minuta, para imediata executoriedade, *por unanimidade, a Prestação de Contas do Município das Velas referente ao ano de 2014, da qual se salienta, nomeadamente, que transita para a gerência seguinte o saldo de dois milhões e sessenta e nove mil novecentos e quarenta euros e vinte e sete cêntimos.*

Velas, 29 de abril de 2015

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria Isabel Góis Teixeira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

CERTIDÃO

Maria Isabel Góis Teixeira, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho das Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão ordinária de 28 de abril de 2015 deliberou aprovar em minuta, para imediata executoriedade, por maioria com 18 votos a favor do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, do Grupo Municipal do Partido Popular e do Grupo Municipal do Partido Socialista e duas abstenções do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, *a proposta de aplicação do resultado líquido do exercício do Município das Velas do ano de 2014, procedendo nos termos do ponto 2.7.3. das considerações técnicas do POCAL, aprovado pelo decreto-lei n.º54-A/99, de 22 de fevereiro, transferindo o resultado líquido do exercício de 2014 no valor de um milhão setecentos e vinte e sete mil trezentos e vinte e dois euros e noventa e quatro cêntimos para a conta #59 "Resultados Transitados".*

Velas, 29 de abril de 2015

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria Isabel Góis Teixeira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

CERTIDÃO

Maria Isabel Góis Teixeira, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho das Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão ordinária de 28 de abril de 2015 deliberou aprovar em minuta, para imediata executoriedade, por maioria com 14 votos a favor do Grupo Municipal do Partido Popular e do Grupo Municipal do Partido Social Democrata e 6 abstenções do Grupo Municipal do Partido Socialista, *a prestação de contas do ano de 2014 da empresa municipal Velasfuturo E.E.M. - Em liquidação com relatório de gestão e contas da empresa municipal Terra de Fajãs E.M.S.A. – Em liquidação.*

Velas, 29 de abril de 2015

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria Isabel Góis Teixeira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

CERTIDÃO

Maria Isabel Góis Teixeira, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho das Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão ordinária de 28 de abril de 2015 deliberou aprovar em minuta, para imediata executoriedade, por maioria com 14 votos a favor do Grupo Municipal do Partido Popular e do Grupo Municipal do Partido Social Democrata e 6 abstenções do Grupo Municipal do Partido Socialista, *a revogação do contrato programa n.º29 celebrado com a empresa Velasfuturo E.E.M. – Em liquidação e respetiva minuta do acordo de revogação, considerando que o Tribunal de Contas reconhece, pelo seu relatório n.º06/2014, no âmbito da Auditoria ao Setor Empresarial do Município das Velas, que as transferências ao abrigo deste contrato-programa são atribuídas a título de investimento, prática que é vedada pelo disposto no n.º1 do artigo 36.º da Lei n.º50/2012, de 31 de agosto.*

Velas, 29 de abril de 2015

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria Isabel Góis Teixeira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

CERTIDÃO

Maria Isabel Góis Teixeira, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho das Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão ordinária de 28 de abril de 2015 deliberou aprovar em minuta, para imediata executoriedade, por maioria com 14 votos a favor do Grupo Municipal do Partido Popular e do Grupo Municipal do Partido Social Democrata e 6 abstenções do Grupo Municipal do Partido Socialista, *o procedimento por ajuste direto no regime geral n.º2, de contratualização da empresa UHY & Associados, SROC, Lda., para a prestação de serviços de Revisão Oficial de Contas/Auditoria Externa ao Município das Velas.*

Velas, 29 de abril de 2015

A Presidente da Assembleia Municipal


Maria Isabel Góis Teixeira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

CERTIDÃO

Maria Isabel Góis Teixeira, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho das Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão ordinária de 28 de abril de 2015 deliberou aprovar em minuta, para imediata executoriedade, por unanimidade, o *Regulamento Municipal dos Espaços Verdes*, presente a reunião de Câmara de 20 de fevereiro passado e colocado a discussão pública durante 30 dias.

Velas, 29 de abril de 2015

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria Isabel Góis Teixeira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

CERTIDÃO

Maria Isabel Góis Teixeira, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho das Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão ordinária de 28 de abril de 2015 deliberou aprovar em minuta, para imediata executoriedade, por unanimidade, o *Regulamento Municipal dos Sistemas Públicos e Predial de Água, presente a reunião de Câmara de 20 de março passado.*

Velas, 29 de abril de 2015

A Presidente da Assembleia Municipal

Maria Isabel Góis Teixeira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

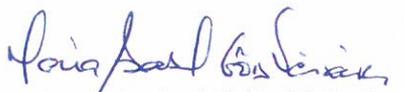
CERTIDÃO

Maria Isabel Góis Teixeira, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho das Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão ordinária de 28 de abril de 2015 deliberou aprovar em minuta para imediata executoriedade, por maioria com 14 votos a favor do Grupo Municipal do Partido Popular e do Grupo Municipal do Partido Social Democrata e 6 abstenções do Grupo Municipal do Partido Socialista, *a primeira revisão ao orçamento para 2015 do Município das Velas e às Grandes Opções de Plano (GOP), revendo o orçamento com reforços em receitas correntes de duzentos e treze mil quatrocentos e oitenta e seis euros, em receitas de capital no valor de quinze mil cento e setenta e oito euros, e com um saldo de gerência anterior no valor de dois milhões sessenta mil quinhentos e noventa e cinco euros e noventa e dois cêntimos, e reforços às GOP com um reforço de um milhão setecentos mil setecentos e cinquenta e nove euros e noventa e dois cêntimos no Plano Plurianual de Investimentos para 2015 e um reforço de vinte e seis mil euros nas Atividades mais Relevantes.*

Velas, 29 de abril de 2015

A Presidente da Assembleia Municipal


Maria Isabel Góis Teixeira

